

**ESTRATÉGIAS DE REVISÃO LINGUÍSTICA NUM CONTEXTO EDITORIAL  
RELATÓRIO DE ESTÁGIO DESENVOLVIDO NAS EDIÇÕES IADE**

**Rita Isabel Matias Pereira Pinto**

**Relatório de Estágio de  
Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística**

**(Março, 2013)**

**ESTRATÉGIAS DE REVISÃO LINGUÍSTICA NUM CONTEXTO EDITORIAL  
RELATÓRIO DE ESTÁGIO DESENVOLVIDO NAS EDIÇÕES IADE**

**Rita Isabel Matias Pereira Pinto**

**Relatório de Estágio de  
Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística**

**(Março, 2013)**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Sousa Lobo.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste Relatório de Estágio contou com o precioso apoio de várias pessoas, tanto ao nível académico como a nível pessoal. Gostaria de agradecer vivamente a todos aqueles que tornaram este trabalho possível:

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Sousa Lobo, pela paciência, dedicação e profissionalismo.

Ao IADE-U, na pessoa do seu Presidente Professor Doutor Carlos Duarte e às Edições IADE, na pessoa do Professor Doutor Rodrigo Cunha, por terem acolhido o meu estágio com entusiasmo.

A todos os professores do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística pelos ensinamentos.

Aos meus colegas de trabalho e de mestrado, pelo apoio, amizade e companheirismo, em especial à Sofia e à Vanessa.

À Chefe de Divisão do Gabinete de Relações Públicas, Internacionais e Comunicação da Câmara Municipal de Sintra, Dr.<sup>a</sup> Fátima Fernandes, pela compreensão e ajuda em momentos difíceis.

À minha família, pelo apoio e paciência infinita.

# **ESTRATÉGIAS DE REVISÃO LINGUÍSTICA NUM CONTEXTO EDITORIAL. RELATÓRIO DE ESTÁGIO DESENVOLVIDO NAS EDIÇÕES IADE**

**Rita Isabel Matias Pereira Pinto**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** revisão de texto, problemas linguísticos, instrumentos de normalização.

O presente relatório assenta num trabalho de revisão de texto num contexto editorial e trata de problemas linguísticos verificados no âmbito dessa tarefa. Descreve os problemas encontrados durante o processo de revisão e as opções que foram tomadas com base nos instrumentos de normalização. Efetua-se a análise crítica da informação contida nos instrumentos, visando os casos em estudo, e considera-se a sua pertinência para o trabalho de revisão, apontando algumas insuficiências e limitações. Conclui-se com uma reflexão sobre a norma e a atividade de revisão.

# **PROOF-READING STRATEGIES IN AN EDITORIAL CONTEXT. TRAINEESHIP REPORT DEVELOPED IN IADE PUBLISHING**

**Rita Isabel Matias Pereira Pinto**

## **ABSTRACT**

**KEY-WORDS:** proof-reading, linguistic problems, normalization instruments

The current report is based in a proof-reading job in an editorial context and addresses linguistic problems found during that task. It describes the problems found throughout the proof-reading and the options that were taken based on the linguistic normalization instruments. We make a critical analysis of information contained in the instruments applied to the case-studies and we consider its pertinence for the proof-reading job, pointing out some insufficiencies and limitations. The work concludes with a reflection about the linguistic norm and the proof-reading activity.

## ÍNDICE

<b>1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA DURANTE O ESTÁGIO .....</b>	<b>1</b>
<b>1.1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>2. ANÁLISE CRÍTICA DOS PROBLEMAS LOCALIZADOS DURANTE A REVISÃO E SOLUÇÕES ENCONTRADAS .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1 SINTAXE .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1.1 Problemas de concordância.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1.1.1 Concordância verbal com sujeito composto .....</b>	<b>6</b>
<b>2.1.1.2 Concordância verbal com sujeito distante do predicado .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1.1.3 Concordância nominal em género .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1.1.4 Concordância do objeto com um antecedente topicalizado .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1.2 Problemas de regência.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.2.1 Queísmo.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.2.2 Problemas no uso de <i>ter que</i> em vez de <i>ter de</i> .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1.2.3 Troca de preposição .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1.2.4 Relativas cortadoras .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1.3 Problemas de colocação de pronome.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.4 Troca de <i>por que</i> / <i>porque</i> .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1.5 Formação de frases complexas.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.6 Problemas em locuções conjuncionais.....</b>	<b>20</b>

<b>2.2</b>	<b>PROBLEMAS DE UNIFORMIZAÇÃO</b> .....	22
2.2.1	No uso da conjunção comparativa <i>que</i> em vez da locução conjuncional comparativa <i>do que</i> .....	22
2.2.2	No uso de maiúsculas e de minúsculas .....	25
2.2.3	Uso do itálico em latinismos e anglicismos.....	26
<b>2.3</b>	<b>PONTUAÇÃO</b> .....	26
2.3.1	Uso da vírgula.....	26
2.3.1.1	Entre o sujeito e o predicado.....	27
2.3.1.2	Entre o verbo e o complemento .....	28
2.3.1.3	Entre o adjetivo e o seu complemento .....	28
2.3.1.4	Em orações coordenadas introduzidas por <i>e</i> .....	28
2.3.1.5	Falta da vírgula .....	29
2.3.2	Uso indevido do ponto e vírgula .....	29
<b>2.4</b>	<b>ORTOGRAFIA</b> .....	30
2.4.1	Uso do hífen .....	30
2.4.2	Erros ortográficos ou gralhas .....	32
2.4.3	Acentuação.....	33
2.4.4	Problemas de contração da preposição quando o artigo integra um constituinte de uma oração infinitiva.....	35
<b>2.5</b>	<b>ESTRANGEIRISMOS E NEOLOGISMOS</b> .....	39
2.5.1	Estrangeirismos.....	39

2.5.2 Neologismos .....	43
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>48</b>

## 1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA DURANTE O ESTÁGIO

O relatório de estágio que aqui se apresenta enquadra-se na componente não letiva do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação da Professora Doutora Maria Sousa Lobo.

O estágio teve lugar nas Edições IADE do Instituto de Arte, *Design* e Empresa – Universitário, IADE-U, durante um período de seis meses (400 horas), sob a coorientação do Professor Doutor Rodrigo Cunha.

Criado em 1969 por António Quadros e tendo como primeiro presidente o pintor Lima de Freitas, o IADE-U é hoje uma instituição de ensino superior que administra licenciaturas, mestrados na área de *design*, *marketing*, publicidade e fotografia e, desde 2012, doutoramentos na área do *design*. Pertence ao grupo de ensino Talent que agrega uma rede de escolas de ensino superior.

As Edições IADE visam a comunicação científica interna do IADE, a produção científica e a divulgação de conhecimento de apoio didático nas áreas nucleares do *Design*, *Marketing*, Publicidade, Fotografia, Cultura Visual e áreas afins. Dirigem-se também ao grande público. As suas publicações estão à venda nas instalações do IADE, na sede cultural do IADE, Palácio Quintela, na Rua do Alecrim, e algumas delas nas lojas FNAC. A funcionar na Biblioteca António Quadros, no IADE - Av. D. Carlos I, n.º 4 em Lisboa, as Edições IADE contam já com um relevante trabalho editorial, como *História do Design em Portugal I – Reflexões* (2009), de Maria Helena Souto, obra inaugural em Portugal nesta temática, com prefácio de José-Augusto França; *Ilustração em Portugal I – 1910 a 1940* (2009), de Theresa Lobo; *Branding: A Gestão da Marca* (2009), de António Mendes; *Elementos de Organização e Gestão Empresarial* (2011), de Casimiro Ramos; *Auditorias de Marketing* (2011), de António Pimenta da Gama; *A Moda em Portugal 1907 a 1914* (2012), de Valter Carlos Cardim; *Hiperdesign*, de Leonel Moura (2012). Coordenada pelo Professor Doutor Rodrigo Cunha, a atividade editorial do IADE é diversificada, congregando, além dos títulos mencionados, atas de conferências, de colóquios internacionais e publicações periódicas.

O presente relatório assenta num trabalho de revisão linguística de diversos tipos de textos e aborda alguns problemas verificados no âmbito dessa tarefa. Descrevem-se os problemas encontrados durante o processo de revisão e as opções que foram

tomadas, com base nos instrumentos de normalização. Faz-se ainda uma análise crítica da informação contida nos instrumentos e da sua pertinência para o trabalho de revisão, apontando algumas insuficiências e limitações.

## 1.1 INTRODUÇÃO

A metodologia utilizada nesta tarefa de revisão linguística assentou no levantamento de dificuldades e problemas do uso da norma e na fundamentação das propostas de revisão com base em diversos instrumentos de normalização linguística e em obras de referência.

O trabalho desenvolvido no período de estágio incidiu na revisão de texto de três obras que irão ser publicadas no decorrer deste ano no âmbito do plano editorial das Edições IADE. São estas *A Especial Relação do Direito da Publicidade com os Direitos dos Consumidores* e *A Cidade e o Compromisso Educativo – A cidade como locus de definição da política educativa*, os dois da autoria da Professora Doutora Cristina Caldeira; e o livro *Branding: a gestão da marca* (2ª edição, revista e acrescentada), do Professor Doutorando António Mendes. O primeiro dos livros mencionados pretende aferir em que medida o consumidor está defendido da sedução da publicidade, numa sociedade onde a atividade publicitária controla os meios de informação que o consumidor tem ao seu alcance. O segundo apresenta uma reflexão sobre a educação a partir da cidade como *locus* de definição da política educativa e sobre os problemas educativos que Portugal apresenta. A autora, Cristina Caldeira, é jurista, docente do IADE-U (Instituto de Artes Visuais, *Design* e Marketing – Universitário), consultora para as áreas sociais e colaboradora na Unidade de Investigação do IADE (UNIDCOM-FCT).

António Mendes é atualmente Doutorando em Ciências da Comunicação no ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa. Licenciou-se em Sociologia no ISCTE – IUL, possui um MBA pelo INDEG e um mestrado em Gestão e Empresas pelo ISCTE – IUL. É professor auxiliar convidado do IADE –U, onde leciona unidades curriculares nas áreas de *branding*, *branding* emocional e comportamento do consumidor. Como investigador é membro da UNIDCOM/IADE e do CAPP/ISCSP, fazendo ainda parte de uma rede de investigadores de diferentes universidades portuguesas que se dedicam ao estudo da rádio. É também diretor de programação da RFM, rádio do grupo renascença comunicação multimédia.

*Branding: a gestão da marca* (2ª edição, revista e acrescentada) é um livro destinado a todos os que pretendem compreender o que são e como devem ser geridas as marcas, de forma a criar e a sustentar o seu valor. O livro desenvolve-se ao longo de quatro capítulos, sendo uma revisão dos principais conceitos, modelos e ideias sobre os temas marca, capital de marca e relação consumidor-marca.

Para o presente relatório optámos, no entanto, por incidir apenas na revisão do livro *Branding: a gestão da marca*, por ter suscitado um maior número de dúvidas e com maior complexidade para abordarmos nesta exposição.

A revisão de texto caracteriza-se por ser uma atividade de reconhecimento e correção de problemas no texto. Não é uma tarefa simples, pois requer dos revisores um vasto conhecimento em diferentes áreas do saber, bem como no uso da norma e requer ainda que o revisor reconheça as suas próprias limitações na intervenção no texto. É por vezes uma questão de bom senso o conhecimento destes limites e especialmente saber até onde é permitido modificar o texto original.

Assumida a complexidade da tarefa de revisão, não podemos deixar de referir que algumas normas impostas aos autores podem facilitar o trabalho, poupar tempo e dar ao revisor maior disponibilidade para se dedicar aos problemas de maior relevância.

No caso em consideração, alguns dos problemas que ocorreram na tarefa de revisão poderiam ser minorados se as Edições IADE possuísem um conjunto de normas de publicação, além das do senso comum académico, que definissem a formatação dos documentos, bem como os critérios de uso da pontuação, das referências bibliográficas (livro, obra coletiva, artigo numa obra coletiva, artigo em atas, artigo numa revista de imprensa/electrónica, monografia não publicada, página da internet, etc.), entre outros aspetos. Ou seja, algo semelhante a um livro de estilo. De todas as regras possíveis de instituir, destaca-se, na nossa opinião, a interdição de o autor, quando retoma o texto para introduzir as alterações / propostas de revisão, acrescentar ou modificar o texto original, facto que ocorreu em todas as provas revistas, trazendo considerável prejuízo ao trabalho de revisão.

Os instrumentos de normalização linguística utilizados, por razões de maior amplitude comparativa bem como de adequação aos casos em estudo, foram gramáticas normativas de referência, designadamente a *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (1999), assim como a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra (1984), a *Gramática da Língua Portuguesa* de Maria

Helena Mateus *et al.*, genericamente descritivas do português culto e coloquial atual. Recorreu-se também à *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* de José Carlos de Azeredo (2008: 26), que o autor anuncia como “uma fonte de informações sistematizadas sobre o português padrão do Brasil”, gramática essencialmente descritiva, tecendo oportunas considerações normativas. Recorreu-se ainda ao *Prontuário da Língua Portuguesa - Acordo Ortográfico, o único com o antes e o depois*, (2010) e, apesar de não ser um instrumento de normalização linguística, socorremo-nos da obra *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (1995), por trazer informações úteis que não vêm contempladas nas gramáticas.

Para problemas de regência consultámos ainda o *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*, coordenado por Winfried Busse. Para esclarecermos algumas dúvidas de ortografia, usámos o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1967), de José Pedro Machado, e, para questões de estilística, consultámos a obra *Estilística da Língua Portuguesa de Rodrigues Lapa* (1945).

A tarefa realizada dividiu-se em dois momentos distintos. No primeiro, tratámos de localizar problemas no texto, no segundo momento, suportados pelos instrumentos de normalização linguística, fundamentámos a nossa estratégia de revisão.

No que respeita à primeira parte do trabalho efetuado, ou seja, ao levantamento de dificuldades do uso da norma, foram encontrados diferentes casos no âmbito da sintaxe, tais como problemas de concordância verbal e nominal. Quanto aos casos de concordância verbal, apresentam-se problemas em construções com sujeito com vários elementos e com sujeito distante do predicado. No que concerne à concordância nominal, exemplificaremos com dois casos de concordância em género. No campo da sintaxe temos ainda problemas de regência, dos quais se distinguem ocorrências relativas à queda ou troca da preposição, ao uso de conjunção em vez de preposição, problemas de colocação de pronomes, assim como em estruturas de elevação com predicado adjetival e no uso não padrão da locução conjuncional “enquanto que”.

Dedicaremos uma alínea a problemas de uniformização no texto onde se abordará o uso da conjunção comparativa “que” em vez da locução conjuncional comparativa “do que”. Neste mesmo capítulo analisaremos o uso do itálico em latinismos e anglicismos, assim como a uniformização ao longo do texto de maiúsculas e minúsculas.

No âmbito da pontuação, apresentaremos alguns problemas de colocação da vírgula e da falta dela, bem como do uso indevido do ponto e vírgula.

No que respeita à ortografia, elaboramos um apontamento de erros de ortografia, acentuação de palavras, bem como uma breve reflexão sobre o uso do hífen em palavras como “marca gama”. Neste capítulo integraremos ainda casos de contração da preposição com o artigo que integra uma oração infinitiva: *da(s)* em vez de *de a(s)*; *do(s)* em vez de *de o(s)*.

No último capítulo, abordaremos o uso de estrangeirismos, refletindo sobre a premência do seu uso no caso em estudo.

## **2. ANÁLISE CRÍTICA DOS PROBLEMAS LOCALIZADOS DURANTE A REVISÃO E SOLUÇÕES ENCONTRADAS**

### **2.1 SINTAXE**

#### **2.1.1 Problemas de concordância**

Quanto aos distintos problemas de concordância no caso em estudo, verificamos serem de incidência nominal, bem como relativos à flexão verbal. Realçamos apenas alguns exemplos dos casos de maior ocorrência.

Sobre a concordância, a *Moderna Gramática Portuguesa* (Bechara, 1999: 543-566) tem um capítulo dedicado a esse tema onde define o conceito: “[...] consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada.” Distingue a concordância nominal da verbal, sendo a primeira a que ocorre “em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) [...]” a que dizem respeito. A concordância verbal verifica-se em número e pessoa entre o sujeito e o verbo. Pode ocorrer de *palavra* para *palavra*, e neste caso ser total ou parcial, ou de *palavra* para *sentido*, e nesse caso pode ser designada *ad sensu* ou *silepse*.

### 2.1.1.1 Concordância verbal com sujeito composto

#### Exemplo

*Na maior parte das vezes, porém, a intensidade, favorabilidade e exclusividade das associações \*desempenha um papel crucial na formação de brand equity. (p.65)*

#### Proposta de Revisão

*Na maior parte das vezes, porém, a intensidade, favorabilidade e exclusividade das associações desempenham um papel crucial na formação de brand equity.*

Trata-se de um sujeito com vários elementos (no singular) coordenados, o que levou, erradamente, o autor a manter o verbo no singular.

Segundo Cunha & Cintra (2005: 494), o verbo com sujeito composto coloca-se no plural e, quanto à pessoa, apresenta três possibilidades:

“[...] irá:

a) para a 1.<sup>a</sup> pessoa do plural, se entre os sujeitos figurar um da primeira pessoa:

**Só eu e o Florêncio ficámos calados**, à margem.

(Ciro dos Anjos, *DR*, 39.)

[...]

b) para a 2.<sup>a</sup> pessoa do plural, se, não existindo sujeito da 1.<sup>a</sup> pessoa, houver um da 2.<sup>a</sup>:

[...]

**Tu ou os teus filhos vereis** a revolução dos espíritos e costumes.

(Camilo Castelo Branco, *J, I*, 21.)

c) para a 3.<sup>a</sup> pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3.<sup>a</sup> pessoa.

[...]

**Mestre Gaudêncio curandeiro, seu Libório cantador, o cego preto Firmino e Das Dores exigiram** a história dos tatus, que saiu deste modo.

(Graciliano Ramos, *AOH*, 76.)

Este último exemplo elucida o caso em apreço. No entanto, casos há em que a concordância parcial é possível, nomeadamente com sujeitos coordenados em posição pós verbal.

“Também o verbo que tem mais de um sujeito pode concordar com o sujeito mais próximo:

a) quando os sujeitos vêm depois dele:

Que te **seja** propício **o astro e a flor**,

Que a teus pés **se incline a Terra e o Mar**.

(Florbela Espanca, *S*, 163.)

[...]

b) quando os sujeitos são sinónimos ou quase sinónimos:

**A conciliação, a harmonia** entre uns e outros **é possível**.

(Augusto Abelaira, *NC*, 178.)

[...]

c) quando há uma enumeração gradativa:

**A mesma coisa, o mesmo acto, a mesma palavra provocava** ora risadas, ora castigos.

(Monteiro Lobato, *N*, 4.)

d) quando os sujeitos são interpretados como se constituíssem em conjunto uma qualidade, uma atitude:

**A grandeza e a significação** das coisas **resulta** do grau de transcendência que encerravam.”

Concluimos, assim, que, em casos de concordância com mais de um sujeito, o verbo se coloca maioritariamente no plural, como acontece no exemplo acima revisto, mas existem situações excepcionais em que pode ficar no singular.

### 2.1.1.2 Concordância verbal com sujeito distante do predicado

#### Exemplo

*Um símbolo rico em associações, como Cavallino Rampante da Ferrari, a concha da Shell ou o swoosh da Nike, \*tornam-se em importantes activos para aquelas marcas. (p.21)*

#### Proposta de Revisão

*Um símbolo rico em associações, como Cavallino Rampante da Ferrari, a concha da Shell ou o swoosh da Nike, torna-se em importantes activos para aquelas marcas.*

Apesar de este caso não estar tratado diretamente nas gramáticas consultadas, podemos verificar que a ocorrência do erro se deve ao facto de haver um grande distanciamento entre os dois termos envolvidos na concordância e ao facto de haver um constituinte intercalado com grupos nominais coordenados que explicita o sujeito. Assim, a distância entre o sujeito e o predicado leva a que se perca a noção de que o sujeito é singular.

### 2.1.1.3 Concordância nominal em género

#### Exemplo 1

*Para lá de delimitar o conceito de marca, como processo cíclico, constantemente \*construída e \*reconstruída [...] (p.9)*

#### Proposta de Revisão

*Para lá de delimitar o conceito de marca, como processo cíclico, constantemente construído e reconstruído [...]*

## Exemplo 2

*A resposta do cliente ao marketing da marca é \*definido [...] (p.63)*

## Proposta de Revisão

*A resposta do cliente ao marketing da marca é definida [...]*

Segundo Bechara (p. 544), no capítulo sobre concordância nominal, poderemos ver que a concordância de palavra para palavra, quando temos uma só palavra determinada, ocorre do seguinte modo: “A palavra determinante irá para o gênero e número da palavra determinada [...]”. Isso não aconteceu nos exemplos tratados:

processo	construída e reconstruída
resposta	definido

### 2.1.1.4 Concordância do objeto com um antecedente topicalizado

## Exemplo

*A estes cinco temas, a Y&R adicionou \*duas outras menos relevantes [...]. (p. 89)*

## Proposta de Revisão

*A estes cinco temas, a Y&R adicionou dois outros menos relevantes [...].*

Verificamos que a expressão “duas outras” desempenha função de objeto direto em complemento do verbo “adicionou”, sendo a função de objeto indireto realizada por “a estes cinco temas” (cf. alguém adiciona alguma coisa a alguma coisa). O que acontece neste exemplo é que há um caso de retoma anafórica (através do indefinido ‘outros’) do objeto indireto, que se encontra deslocado à esquerda/topicalizado, com o qual tem de haver concordância.

## 2.1.2 Problemas de regência

Podemos encontrar na *Moderna Gramática Portuguesa* (Bechara, 1999: 566-572) um capítulo dedicado a regências, bem como uma relevante lista de relações de regência de alguns verbos e nomes. As listas deste género são criticadas na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* de José Carlos de Azeredo (2008: 150), por não serem exaustivas e por não caber às gramáticas, mas sim aos dicionários, “prover informações idiossincráticas sobre o uso da língua”.

É na gramática de Cunha e Cintra (1984: 512-513) que o conceito de regência nos parece mais bem explanado: “Em geral, as palavras de uma oração são interdependentes, isto é, relacionam-se entre si para formar um todo significativo. Essa relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve de complemento à outra, é o que se chama REGÊNCIA. A palavra dependente denomina-se REGIDA, e o termo a que ela se subordina, REGENTE. As relações de REGÊNCIA podem ser indicadas: a) pela ordem por que se dispõem os termos na oração; b) pelas preposições, cuja função é justamente a de ligar palavras estabelecendo entre elas um nexo de dependência; c) pelas conjunções subordinativas, quando se trata de um período composto.”

Escolhemos o *Dicionário sintático de verbos portugueses* para observar o comportamento dos verbos em estudo. Neste instrumento encontramos uma lista exaustiva das várias construções em que o verbo pode ocorrer, fornecendo exemplos de linguagem contemporânea que ilustram as construções verbais em causa.

Encontrámos no livro revisto problemas de queísmo, de troca e de queda de preposição como nos seguintes exemplos:

### 2.1.2.1 Queísmo

#### Exemplo 1

[...] a Avis pretende **certificar** os clientes \*que se esforça mais por garantir um bom serviço. (p.22)

### Proposta de Revisão

[...] a Avis pretende **certificar** os clientes de que se esforça mais por garantir um bom serviço.

### Exemplo 2

Finalmente, deve ser notado que não existe a **certeza** \*que um valor de marca, uma vez estabelecido, dure sempre. (p. 29)

### Proposta de Revisão

Finalmente, deve ser notado que não existe a **certeza** de que um valor de marca, uma vez estabelecido, dure sempre.

### Exemplo 3

No entanto, existe **evidência** \*que, quando geridas com cuidado, as marcas podem [...]. (p.29)

### Proposta de Revisão

No entanto, existe **evidência** de que, quando geridas com cuidado, as marcas podem [...].

Estamos também neste caso perante um problema de queísmo com uma oração dependente de um nome.

### Exemplo 4

Esta evolução é consequência de um **conhecimento** \*que a marca é um capital da empresa e daí que as extensões se tenham tornado tão banais. (p.169)

## Proposta de Revisão

*Esta evolução é consequência de um **conhecimento** de que a marca é um capital da empresa e daí que as extensões se tenham tornado tão banais.*

Nestes exemplos ocorre a queda da preposição antes de orações completivas finitas dependentes de verbos (1) ou de nomes (2-4) que requerem uma preposição.

Na *Gramática da Língua Portuguesa* (2006:593-651), no capítulo sobre dequeísmo e queísmo em completivas finitas, pode-se ler: “Fenómeno inverso ao dequeísmo é a supressão da preposição que introduz legitimamente uma completiva finita. A preposição suprimida é frequentemente *de* e o fenómeno tem sido denominado **queísmo**. O queísmo afecta completivas argumento interno de verbos (cf. (90)), adjectivos (cf. (91)) e nomes (cf. (92)):

(90) (a) \* «[...] o senhor secretário de Estado ainda nos convence *que* pagar impostos faz bem à saúde». (*Sábado*, 17-12-1988, p. 3, *apud* Peres e Mória, 1995: 114)

[...]

O queísmo afecta frequentemente completivas finitas complemento de adjectivos e nomes [...]. Relativamente a este contexto, é de notar que os juízos dos falantes, sobretudo das gerações mais jovens, são de aceitação de queísmo.”

Também na obra *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (Peres & Mória, 2005: 111) encontramos vários exemplos que abrangem a supressão de preposições argumentais como o caso em apreço:

“(360) O Luís tem a certeza de que todos os problemas se vão resolver.

(361) (?) O Luís tem a certeza que todos os problemas se vão resolver.”

Segundo a opinião de Peres & Mória, trata-se de um fenómeno muito divulgado, que se encontra nos nossos autores mais prestigiados e que é reconhecido pela maioria dos falantes, pelo que têm a seguinte posição: “[...] dado que o nosso principal critério para ajuizar da gramaticalidade de uma estrutura é precisamente a sua aceitação por parte dos falantes, não consideramos as estruturas em causa malformadas ou agramaticais, embora prefiramos aquelas em que não houve supressão” (Peres & Mória, 2005: 111).

Para melhor compreensão dos exemplos aqui analisados, verifiquemos os casos em que a supressão de preposição ocorre em orações finitas selecionadas por predicados nominais. No que concerne à supressão da preposição antes dos argumentos oracionais finitos e à necessidade do seu uso antes de argumentos oracionais infinitivos e de argumentos nominais e pronominais, os seguintes casos são exemplificativos:

(430) Tenho a certeza de que o Paulo me vai ajudar.

(431) (?) Tenho a certeza que o Paulo me vai ajudar.

(432) Tenho a certeza de poder contar com a ajuda do Paulo.

(433) \*Tenho a certeza poder contar com a ajuda do Paulo.

(434) Tenho a certeza de muitas coisas.

(435) \*Tenho a certeza muitas coisas.

(436) Tenho a certeza disso.

(437) \*Tenho a certeza isso.

Como se pode ver, a manutenção da preposição é obrigatória antes de complementos nominais, pronominais ou oracionais não finitos, mas é facultativa antes de orações finitas. No entanto, a sua manutenção ainda é considerada mais característica da norma-padrão.

Ainda no *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses* podemos ver o seguinte caso, em que o uso da preposição é opcional, relativamente ao verbo *certificar*, presente no exemplo (1):

“Certifiquei o Carlos (de) que o manuscrito era péssimo. Os serviços certificaram-me de de que iam fechar, de que fechavam no verão.” (p.101)

Este último exemplo e a opinião que aqui citámos de Peres e Mória, levam-nos a concluir que a queda da preposição se está a difundir, no entanto, a sua manutenção ainda é sentida como mais próxima da norma-padrão, pelo que decidimos acrescentar a preposição.

### 2.1.2.2 Problemas no uso de *ter que* em vez de *ter de*

#### Exemplo

[...] *tem* \*que *passar para* [...] (p.81)

#### Proposta de Revisão

[...] *tem* de *passar para* [...]

Nas gramáticas de Bechara (1999: 566-572) e de Cunha & Cintra (1984: 512-513), na secção de regências não é tratado o verbo *ter*, porém, este encontra-se abordado na secção de “Verbos auxiliares e o seu emprego” em Cunha e Cintra (1984: 393), onde verificámos o seguinte: “**Ter** e **haver** empregam-se [...] com o INFINITIVO do verbo principal antecedido da preposição *de*, para exprimir, respetivamente, a obrigatoriedade ou o firme propósito de realizar o facto: **Tenho de fazer** exercícios.” Os seguintes exemplos ilustram bem esse facto e a opção de revisão: “Tens de fazer isso”; “Tenho de confessar que me fascinam” (*Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*, p.388).

Estamos perante uma variação que sucede com muita frequência tanto na linguagem oral como escrita e que, em breve, poderá ocorrer facultativamente. Optou-se por propor a revisão, tendo em conta que a forma *ter de* ainda é considerada a forma da norma-padrão, como mostram os exemplos retirados da gramática e do dicionário.

### 2.1.2.3 Troca de preposição

#### Exemplo

Ao invés de *olhar apenas para* o seu output da gestão de marca, isto é \*na *forma* como as marcas aumentam o seu valor no mercado [...]. (p. 133)

## Proposta de Revisão

Ao invés de *olhar apenas para* o seu output da gestão de marca, isto é para a forma como as marcas aumentam o seu valor no mercado [...].

O verbo *olhar*, no sentido de dirigir a atenção para algo, rege a preposição *para*, como podemos ver nos seguintes exemplos: “Meios económicos sul-africanos olham para Angola como podendo vir a ser, a médio prazo, um parceiro industrial e comercial.” (*Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*, p. 320)

### 2.1.2.4 Relativas cortadoras

#### Exemplo

[...] *quantidade de informação adicional* \*que os clientes necessitam [...]  
(p.162)

## Proposta de Revisão

[...] *quantidade de informação adicional* de que os clientes necessitam [...]

Este exemplo trata da queda da preposição (*de*) antes de uma oração relativa (*que os clientes necessitam*).

As orações relativas, segundo a gramática de Mateus *et al.* (2006: 655), “são orações subordinadas iniciadas pelos tradicionalmente designados “pronomes”, “advérbios” ou “adjectivos relativos”. Na sua modalidade mais típica as relativas são formas de modificação de uma expressão nominal antecedente mas podem ser igualmente uma forma de modificação de uma outra oração. Existem também relativas sem antecedente exposto, as relativas livres.

As orações relativas com antecedente nominal são de dois tipos: as relativas **restritivas** ou **determinativas** e as relativas **apositivas**, **explicativas** ou **não restritivas**.”

Quanto à estratégia de relativização, a de movimento é a mais produtiva, no entanto existem outras duas, que ocorrem na fala espontânea, conforme nos indica Mateus *et al.* (2006: 666-667):

“- a formação de relativas que deviam conter SPs em posição inicial mas que só apresentam *que* (“estratégia cortadora”):

(42) (a) O livro que te falei é o mais bonito (em vez de *de que te falei...*)

[...]

- a formação de relativas pela “estratégia resumptiva” (com pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios locativos, por vezes mesmo repetição do antecedente no interior da oração); embora com construções complexas seja mais frequente, tal estratégia não está completamente afastada em relativas “simples”:

(43) (a) ‘Temos lá, no meu ano, rapazes que *eles* parecem atrasados mentais, quer dizer...’

[...]

Embora numa perspectiva purista ambas as estratégias sejam consideradas marginais, o que é certo é que a primeira (estratégia cortadora) faz actualmente parte do registo oral dos falantes altamente escolarizados, o que permite supor que estamos perante uma tendência de mudança, mesmo no português europeu.”

Também na obra *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (2005: 292) encontramos: «C229 o *Jornal Ilustrado*, 31-03-1989, p.35.

“Os temas que os portugueses gostam (neo-realismos, politiquices, maledicências) não quadram nos finos couchés cor-de-rosa de uma euro-revista assim.”  
[...]]»

Como podemos verificar nas duas obras mencionadas, estamos perante um fenómeno que, embora ocorra com frequência no registo oral e escrito, ainda não faz parte da norma padrão.

### 2.1.3 Problemas de colocação de pronome

#### Exemplo

*Keller (1993) afirma que a identificação com a categoria de produto, e as correspondentes associações, \*tornam-se mais fracas [...] (p.164)*

#### Proposta de Revisão\*

*Keller (1993) afirma que a identificação com a categoria de produto e as correspondentes associações se tornam mais fracas [...]*

(\*Neste caso foram também retiradas as vírgulas)

Estamos perante um caso em que o pronome átono (clítico) *se* se encontra colocado em posição de ênclise (*tornam-se*), quando deveria estar em posição de próclise (*se tornam*).

Os pronomes átonos (clíticos) têm uma posição variável em português europeu, estando a sua posição dependente de diferentes contextos sintáticos. Um dos contextos em que é exigida a próclise (posição pré-verbal), na norma-padrão, é em subordinadas finitas, como a do exemplo.

Toda a bibliografia gramatical luso-brasileira do final do século XIX e princípio do século XX defende “que a posição enclítica é o padrão básico, não marcado, e que a posição proclítica é induzida por factores de natureza sintático-semântica ou prosódica.” (Mateus *et al.*, 2003: 849-850).

No entanto, na frase corrigida “Keller (1993) afirma **que** a identificação com a categoria de produto, e as correspondentes associações, **\*tornam-se** mais fracas [...]” (p.164) estamos perante uma construção com a conjunção *afirma que* que se inclui entre os denominados atratores de próclise (ou palavras funcionais pesadas). Sobre este tema Mateus *et al.* (2006: 853) refere ainda:

“As palavras funcionais pesadas que induzem próclise em português moderno distribuem-se por diferentes classes sintático-semânticas. Operadores de negação frásicos e sintagmas negativos constituem um primeiro grupo de palavras funcionais indutoras de próclise [não, nunca, ninguém] [...]. Também sintagmas-Q interrogativos,

relativos e exclamativos se incluem entre as palavras funcionais indutoras de próclise [quem, que] [...].

Os complementadores simples e complexos, i.e., selecionados por uma preposição ou um advérbio ou que resultam de reanálise são igualmente palavras funcionais indutoras de próclise, como se pode ver através do contraste entre (24) e (25).

(24) (a) Sei que o João a viu no cinema ontem

[...]

(25) (a) \*Sei que o João viu-a no cinema ontem”.

Justificamos deste modo a opção de revisão tomada.

#### 2.1.4 Troca de *por que* / *porque*

##### Exemplo

“São muitas as razões \*porque desde então se tem dado muita atenção à questão das extensões de marca.” (p. 157)

##### Proposta de Revisão

“São muitas as razões por que desde então se tem dado muita atenção à questão das extensões de marca.”

Neste caso o nome “razões” é retomado pelo pronome relativo “que” e a expressão pode ser retomada por “razões pelas quais”.

Da obra *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (2003: 346) retirámos o seguinte exemplo que apresenta, tal como no nosso caso, uma ortografia incorreta:

“(1221) \*Não sabemos a razão porque o Paulo foi para casa.”

Podemos ler ainda: “A conjunção subordinativa *porque* tem como função estabelecer uma relação de causalidade entre duas orações, no caso [*o Paulo*] *tem um*

*trabalho para fazer* – a causa – e *o Paulo foi para casa* – o efeito. No que respeita à sua estrutura morfológica, é óbvio que esta palavra resulta da justaposição da preposição *por* e do elemento *que*, o qual, neste caso, nada tem a ver com um pronome relativo. De facto, trata-se simplesmente da conjunção integrante *que*, típica da maioria das orações subordinadas finitas. Isto mesmo podemos verificar comparando a subordinada causal finita que temos em (1222) e repetimos em (1223) com uma subordinada causal infinitiva como a de (1224):

(1223) O Paulo foi para casa porque tem um trabalho para fazer.

(1224) O Paulo foi para casa por ter um”.

No nosso caso, o constituinte relativo *por que* está relacionado com um complemento circunstancial de causa, sendo o antecedente do pronome relativo o nome *razão*. Esta expressão poderia ser retomada por frases equivalentes substituindo o pronome relativo *que*:

*São muitas as razões pelas quais desde então se tem dado muita atenção à questão das extensões de marca.*

### 2.1.5 Formação de frases complexas

#### Exemplo

*\*Calculando a taxa de conversão de clientes de cada nível para o nível imediatamente superior e \*comparando com o que é esperado na categoria de produto em questão\*, \*permite concluir sobre os pontos fortes e pontos fracos de cada marca em relação às suas concorrentes. (p. 124, 125)*

#### Proposta de Revisão\*

*O cálculo da taxa de conversão de clientes de cada nível para o nível imediatamente superior e a comparação com o que é esperado na categoria de produto em questão permitem concluir sobre os pontos fortes e pontos fracos de cada marca em relação às suas concorrentes.*

\*Foi retirada a vírgula que se encontra colocada incorretamente entre o sujeito e o predicado.

No exemplo acima citado, temos duas orações gerundivas coordenadas, de natureza adverbial dependentes de uma oração principal cujo sujeito nulo retoma essa estrutura oracional. Parece-nos que essa estrutura é marginal na norma-padrão do português. Há várias alternativas possíveis. Indicamos a nossa proposta de revisão que consistiu em substituir a estrutura gerundiva por uma estrutura nominal que funciona como sujeito da oração principal.

### 2.1.6 Problemas em locuções conjuncionais

#### Exemplo 1

**Enquanto que** em 1981 os activos tangíveis líquidos [...]. (p.101)

#### Proposta de Revisão

**Enquanto** em 1981 os activos tangíveis líquidos [...].

#### Exemplo 2

[...] **enquanto que** a estrutura é marcada [...] (p.93)

#### Proposta de Revisão

[...] **enquanto** a estrutura é marcada [...] (p.93)

#### Exemplo 3

[...] **enquanto que** naquele a marca [...] (p.199)

#### Proposta de Revisão

[...] **enquanto** naquele a marca [...] (p.199)

Não encontramos nenhuma referência a este problema nas gramáticas já citadas, mas no sítio Ciberdúvidas temos o seguinte esclarecimento: “A expressão *enquanto que* é condenada por Rodrigo Sá Nogueira no seu Dicionário de Erros e Problemas de Linguagem da forma seguinte: «Diga-se *enquanto* sem aquele *que*. Diga-se, por ex.: 'Pedro estudava enquanto o amigo brincava', em vez de: 'Pedro estudava enquanto que o amigo brincava'. - A construção *enquanto que* deve ser resultado da analogia com *ao passo que*, que lhe é equivalente, se é que não há aqui influência do francês *pendant que*.(...) - Em quanto *que* provém de imitação do francês *tandis que*. Manuel Bernardes, na Nova Floresta, II (1759), 334, tem todavia: 'Mas d'estes conselheiros... dissera eu o mesmo em contrário sentido, em quanto res sacra quer dizer cousa maldita'. - Como se vê, há aqui três sugestões para explicar a construção *enquanto que*: 1.<sup>a</sup> -- resultado da analogia com *ao passo que*; 2.<sup>a</sup> -- influência do francês *pendant que*; 3.<sup>a</sup> -- imitação do francês *tandis que*.

O brasileiro Napoleão Mendes de Almeida, no seu *Dicionário de Questões Vernáculas* também mostra não apreciar a expressão:

«O que nem todos sabem é que *enquanto* também significa *ao passo que*, ou seja, pode ser empregado com sentido adversativo: 'João é estudioso, enquanto António não é' - 'Você se saiu bem, enquanto eu me saí muito mal'.

«O que nos leva a tratar desta conjunção é precisamente o emprego dela com este segundo significado, pois andam por aí, talvez por causa do *que* da locução sinônima *ao passo que*, a escrever *enquanto que*. Nada disto; joguem fora este *que* e passem a escrever como ficou exemplificado: 'Você se saiu bem, enquanto eu me saí muito mal'.»

Do Brasil, no entanto, vem Domingos Paschoal Cegalla com o seu Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa onde se pode ler sobre *enquanto que* o seguinte:

«A conjunção *enquanto* une orações que expressam: a) fatos simultâneos: Malha-se o ferro enquanto está quente. b) fatos opostos: Uns trabalham enquanto outros se divertem.

«No segundo caso, para que o contraste entre os dois fatos fique bem nítido, pode-se usar, em vez de *enquanto*, a locução *enquanto que*, equivalente a *ao passo que*: Uns trabalham enquanto que outros se divertem. / Somente alguns criminosos foram

presos, enquanto que a maioria deles continua em liberdade. / Para as grandes empresas, o custo do dinheiro ficou em 20% ao mês, enquanto que para as pequenas a taxa atingiu 26%.»[...]”

Como vimos na explicação, há duas posições sobre o assunto, no entanto, uma vez que muitos gramáticos condenam o uso da expressão “enquanto que”, optámos por propor o uso de “enquanto” com a supressão de “que”.

## 2.2 PROBLEMAS DE UNIFORMIZAÇÃO

Outros problemas com que nos deparámos no decorrer deste trabalho de revisão de texto dizem respeito ao uso da conjunção comparativa “que” em vez da locução conjuncional comparativa “do que”. As duas opções são possíveis, como iremos ver, mas optámos por uniformizar o seu uso ao longo do texto.

### 2.2.1 No uso da conjunção comparativa *que* em vez da locução conjuncional comparativa *do que*

#### Exemplo 1

*As marcas possibilitam uma maior diferenciação de imagem e preço que os commodities. (p. 15)*

#### Proposta de Revisão

*As marcas possibilitam uma maior diferenciação de imagem e preço do que os commodities.*

#### Exemplo 2

*Nestas situações, ela consegue ultrapassar fortes pressões **com menor dificuldade** que uma marca menos forte. (p. 27)*

### Proposta de Revisão

*Nestas situações, ela consegue ultrapassar fortes pressões **com menor dificuldade** do que uma marca menos forte.*

### Exemplo 3

*[...] **pode ter mais influência o aspecto** impecável do recepcionista que a avaliação objetiva da reparação efectuada no automóvel. (p. 51)*

### Proposta de Revisão

*[...] **pode ter mais influência o aspecto** impecável do recepcionista do que a avaliação objetiva da reparação efectuada no automóvel.*

### Exemplo 4

*Mas **mais interessante** que o número de operações realizadas [...] (p. 101)*

### Proposta de Revisão

*Mas **mais interessante** do que o número de operações realizadas [...]*

### Exemplo 5

*[...] **obtem-se um melhor perfil de atributos** que apenas com uma extensão da marca titular. (p. 173)*

### Proposta de Revisão

*[...] **obtem-se um melhor perfil de atributos** do que apenas com uma extensão da marca titular.*

## Exemplo 6

*Esta é mais complexa de encarar \*que a performance financeira ou \*que ganhos da marca [...]. (p.117)*

## Proposta de Revisão

*Esta é mais complexa de encarar do que a performance financeira ou do que ganhos da marca [...]*

Em Cunha & Cintra (2005: 583) as conjunções comparativas definem-se como as que “iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto”, e são referidos os seguintes conetores de comparação: “*que, do que* (depois de *mais, menos, menor, melhor e pior*), *qual* (depois de *tal*), *quanto* (depois de *tanto*), *como, assim como, bem como, como se, que nem*”:

Mais **do que** palavras, falavam os factos. (Miguel Torga, V, 278)”.

De Bechara (1999: 327) chegam-nos os seguintes exemplos do uso facultativo da conjunção comparativa *que* em vez da locução conjuncional comparativa *do que* em correlação com o advérbio *mais*:

“O orgulho do saber é talvez *mais* odioso *que* o do poder” [MM]

“O homem bom espera *mais do que* teme, o mau receia *mais do que* espera” [MM]

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus, *et al.* (2006: 732), retirámos ainda outro exemplo de uma oração comparativa:

(a) O Pedro é mais aplicado (do) que o irmão.

Uma vez que o uso de *que/do que* nos exemplos dados é facultativo, entendemos uniformizar ao longo do texto.

Quanto ao exemplo 6, manteve-se a estrutura de elevação por se considerar que é um dos contextos em que ela é aceitável.

## 2.2.2 No uso de maiúsculas e de minúsculas

Abordamos aqui alguns exemplos do uso inadequado da maiúscula ou em que o autor usa, nas mesmas circunstâncias, tanto a maiúscula como a minúscula. Nestes casos optámos, também, por uniformizar o seu uso.

Por exemplo, no índice (p. 2, 3) o autor usa maiúscula para designar “A Marca” e “Funções da Marca” mas já não o faz para “A marca como fonte de valor”. Usa também maiúscula para “Imagem de Marca”, mas não para “Identidade de marca”. Optámos, neste caso, pelo uso da minúscula.

No início de frase, depois de travessão, corrigimos também os casos em que ocorriam minúsculas, como por exemplo:

### Exemplo 1

“Dar significado – \*para além de auxiliarem ao desenvolvimento da notoriedade de marca, os elementos [...]” (p. 17)

### Exemplo 2

“ – **A identidade da marca**<sup>4</sup> - \*refere-se à parte do brand equity que torna a marca mais atrativa como objecto de uma possível compra. [...]” (p. 32)

### Exemplo 3

“- Marca a ser considerada – a notoriedade cria valor [...]” (p. 46)

Outras preocupações de uniformização foram tidas com o vocábulo *portefólio* e *portfolio*. Estamos perante uma adaptação ao português de uma palavra importada do inglês que pode ser usada tanto na sua forma original (*portfolio*) como na forma aportuguesada (*portefólio*). Considerámos preferencial o uso da palavra original *portfolio* e corrigimos usos como \*portofólio (p. 143).

### 2.2.3 Uso do itálico em latinismos e anglicismos

Uniformizámos também o uso de itálico em latinismos e anglicismos tais como os que apresentamos nos seguintes exemplos:

“et al” (p. 104); “premium” (p. 128), “\*à priori” (p. 172). Neste último corrigimos também, o acento grave colocado incorretamente.

“inputs” (p. 106); “performance” (p. 110); “royalty” (p. 111); “cash flows” (p. 111); “know-how” (p. 116); “social media” (p. 119); “conjoint” (p. 128).

## 2.3 PONTUAÇÃO

### 2.3.1 Uso da vírgula

Para verificarmos o uso da pontuação, e particularmente da vírgula, recolhemos a seguinte definição:

“A vírgula marca uma pausa de pequena duração. Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período.” (*Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 2005: 640-646):

Apesar de a maioria dos instrumentos associar a vírgula à marcação de pausa, essa descrição não está de acordo com as normas de escrita do português, que convencionam que esta está particularmente dependente de questões sintáticas: a vírgula não se coloca entre os elementos principais de uma oração, como é o caso do sujeito, predicado, complemento direto, complemento indireto, predicativo do sujeito e predicativo do complemento direto. Na oração, a vírgula usa-se normalmente para demarcar elementos de propriedade semelhante ou com igual função sintática, quando não estão ligados pelas conjunções **e**, **nem**, ou **ou**. Usa-se, ainda, para separar o vocativo, para isolar o aposto (entre vírgulas), para separar elementos repetidos e usa-se ainda depois dos advérbios **sim** ou **não**, quando colocados no início da frase e concernem à oração anterior. Usa-se a vírgula, também, depois de complementos adverbiais que ocorrem no início da oração ou entre os seus elementos principais. Entre orações, a vírgula é usada para separar orações coordenadas ligadas ou não por

conjunção, para separar palavras, expressões ou orações intercaladas na frase (entre vírgulas), para separar orações subordinadas adverbiais, nomeadamente quando ocorrem antes da oração subordinante, para separar o gerúndio e o particípio passado, quando equivalem a orações e é também usada para separar orações relativas explicativas e na datação de um texto escrito. Emprega-se também na datação para separar o local de emissão da data.

Ora, se a vírgula estivesse associada à marcação de pausa, como referem grande parte das gramáticas, poderíamos ter a vírgula entre predicado e sujeito, ou entre verbo e complemento, pelo que não podemos, neste caso concreto, tomar como referência o que estes instrumentos nos indicam.

Na *Gramática Houaiss* (2008: 520), José Carlos de Azeredo ilustra bem esta problemática:

“[...] num processo de comunicação distenso, podemos encontrar várias pausas que não seriam assinaladas no texto escrito, ou ausência de pausa, onde a linguagem formal da escrita certamente assinalaria. Veja o segmento seguinte:

‘A frágil vida intelectual que o professor pretende construir nesta planície varrida pelos tufões emocionais esboroa-se como aquelas casinhas de madeira usadas para as experiências atómicas.’ [LIMA, 1967:169]

Há uma ligeira pausa natural entre *emocionais* e *esboroa-se*, mas, seguindo a norma moderna, ela não vem assinalada por vírgula por tratar-se da fronteira entre o sujeito e o predicado da oração.”

Retirámos do livro revisto alguns exemplos do uso indevido da vírgula assim como da sua ausência. No uso indevido salientamos a presença da vírgula entre sujeito e predicado, verbo e complemento, adjetivo e complemento, e em orações coordenadas introduzidas por *e*):

### **2.3.1.1 Entre o sujeito e o predicado**

“Finalmente, Berthon, Hulbert e Pitt (1999)\*, afirmam que a marca facilita o desenvolvimento de lealdade, o que fornece a repetição da compra.” (p.26)

“O que se entende por uma marca e por *branding*\*, tem vindo a evoluir ao longo dos anos.” (p. 177)

### **2.3.1.2 Entre o verbo e o complemento**

“A marca é assim o resultado de um processo cíclico, sendo constantemente construída e reconstruída\*, pelas actividades da empresa e pelas percepções dos clientes.” (p.16)

“São os clientes, e não o produto em si próprio, que guiam\*, a marca.” (p.22)

### **2.3.1.3 Entre o adjetivo e o seu complemento**

“No caso do McDonalds, por exemplo, o palhaço Ronald MacDonalld, ainda que faça parte do conjunto de associações que um cliente habitual faz a esta marca, estará atrás de outras associações, como rapidez, preço, convenientes\*, quando procura uma refeição rápida.” (p. 74)

### **2.3.1.4 Em orações coordenadas introduzidas por *e***

“Dois anos depois, a Internacional Valuation Standarts lançou um conjunto de orientações sobre a forma como as marcas \*, e os activos intangíveis , em sentido lato, deveriam ser avaliados.” (p. 105)

Nos casos em que as conjunções *e*, *ou* e *nem* vêm repetidas numa enumeração, é possível usar vírgulas a separar os elementos coordenados, como nos exemplos que retirámos da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2005: 640):

“Abrem-se lírios, e jasmins, e rosas.

(Alberto de Oliveira), *P*, II, 344.)

Nem eu, nem tu, nem ela, nem qualquer outra pessoa desta história poderia responder mais.

(Machado de Assis, *OC*, I, 805.”

### 2.3.1.5 Falta da vírgula

1. “As marcas podem, no entanto, permanecer neste quadrante [,] estabelecendo-se como marcas de nicho.” (p. 94)

2. “A criação de valor é[,] assim[,] entendida como um processo[...].”

3. “Esta conclusão é relevante[,] pois demonstra que o *brand equity* é o reflexo [...]” (p. 100)

4. “Nela[,] o marketing é visto como uma actividade de tomada de decisões, orientada para satisfação do consumidor[,] que é alcançada [...].” (p. 178)

5. “(1964[,]p. 9)” (p. 178)

6. “Para a implementação de uma estratégia de *emotional branding*[,] é necessário que os *marketers* evoluam [...].” (p. 188)

7. “As comunidades são instrumentais para os seres humanos[,] na medida em que através delas as pessoas partilham recursos essenciais[,] que podem ser cognitivos, emocionais ou materiais.” (p. 198)

Nos exemplos que expusemos notámos a falta de vírgula antes de oração gerundiva posposta (1.), para isolar expressões adverbiais como *assim* (2.), ou da sua ausência anteposta à conjunção explicativa *pois* (3.), a separar orações participiais apositivas *orientada para satisfação do consumidor* (4.), a separar o constituinte anteposto *nela* (4.), a separar a data de uma publicação, da indicação de página (5.), a separar orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal (6.) e por fim, a demarcar um modificador de um constituinte explicativo (7.).

### 2.3.2 Uso indevido do ponto e vírgula

Este símbolo serve de intermediário entre o ponto e a vírgula e pode ligar-se mais a um do que a outro, dependendo do contexto. De acordo com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2005: pp. 648-649), o ponto e vírgula é usado, entre outros casos, para separar, num período, as orações com as mesmas propriedades que tenham uma certa extensão ou para separar partes de um período, em que pelo menos uma dessas partes esteja subdividida por vírgula. Como podemos ver nos exemplos que se seguem, estas normas não foram seguidas, pelo que sugerimos ao autor o uso de vírgula no lugar do ponto e vírgula.

“[...]das mais diversas partes do mundo: alegria\*; festa \*; sorrisos.” (p. 22)

“[...] as duas primeiras dizem respeito à essência da marca: identificação\*; e economia.” (p. 23)

“[que] resulta da contribuição de duas componentes – avaliação\*; e identidade.” (p. 33)

## 2.4 ORTOGRAFIA

### 2.4.1 Uso do hífen

Uma vez que o autor não se rege pelo novo Acordo Ortográfico, aplicamos aqui o Acordo de 1945:

No quadro que se segue encontram-se alguns dos problemas corrigidos e, na coluna da direita justificamos as opções tomadas.

Exemplos	Propostas de Revisão	Fundamentação
1. *bem sucedido (p. 131)	bem-sucedido	artigo 29.º, alínea 12.
2.*mal entendido (p. 187)	mal-entendido	artigo 29.º, alínea 10.
3.*pequeno almoço (p. 53, 142)	pequeno-almoço	artigo 28.º
4.*passa palavra (p. 79)	passa-palavra	artigo 28.º
5.*multi-dimensional (p. 192)	multidimensional	artigo 29.º
6.*sub-dimensões (p. 128)	subdimensões	artigo 29.º, alínea 7.

No que respeita ao exemplo 1, “bem-sucedido”, justificámos o uso do hífen com a alínea 12, do artigo 29.º que refere o seguinte:

“Emprega-se o hífen em palavras formadas com prefixos de origem grega ou latina, ou com outros elementos análogos de origem grega (primitivamente adjetivos), quando convém não os aglutinar aos elementos imediatos, por motivo de clareza ou

expressividade gráfica, por ser preciso evitar má leitura, ou por tal ou tal prefixo ser acentuado graficamente. Assim o documentam os seguintes casos:

[...] 12.º) compostos formados com o prefixo *bem*, quando o segundo elemento começa por vogal ou *h*, ou então quando começa por consoante, mas está em perfeita evidência de sentido [...];”

No caso do vocábulo “bem-sucedido” levantaram-se-nos dúvidas no uso do hífen, por ser frequente encontrar esse mesmo termo também escrito sem hífen. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1967: 414), de José Pedro Machado, podemos esclarecer o seguinte quanto ao uso de hífen nas palavras compostas iniciadas por *bem*:- “junto a verbos, adjectivos e advérbios, entrando na composição de inúmeras locuções e vocábulos, como *bem-aventurado*, *bem-fazejo*, etc.” E dá-nos ainda os seguintes exemplos: *bem-amado*, *bem-andante*, *bem-estar*, *bem-nascido*, etc.

O uso do hífen no exemplo 2, “mal-entendido”, justifica-se pelo mesmo artigo, na alínea 10 que indica que se emprega hífen em “compostos formados com os prefixos *com* e *mal*, quando o segundo elemento começa por vogal ou *h* [...];”

No exemplo 3, “pequeno-almoço”, temos uma palavra composta por um adjectivo e um substantivo, em que o uso do hífen se justifica pelo artigo 28.º: “Emprega-se o hífen nos compostos em que entram, foneticamente distintos (e, portanto, com acentos gráficos, se os têm à parte), dois ou mais substantivos, ligados ou não por preposição ou outro elemento, um substantivo e um adjectivo, um adjectivo e um substantivo, dois adjectivos ou um adjectivo e um substantivo com valor adjectivo, uma forma verbal e um substantivo, duas formas verbais, ou ainda outras combinações de palavras, e em que o conjunto dos elementos, mantida a noção da composição, forma um sentido único ou uma aderência de sentidos. [...]” Este mesmo artigo justifica ainda o emprego do hífen na palavra composta por uma forma verbal e um substantivo, como é o caso do exemplo 4, “passa-palavra”.

O artigo 29.º refere-se a palavras que contêm elementos de formação não autónomos (prefixos ou radicais) e como é o caso do exemplo 5, “multidimensional”. Justificamos a supressão do hífen, neste caso, visto o prefixo *multi* não fazer parte daqueles que o artigo refere.

Por último, a supressão do hífen, no exemplo 6, “subdimensionar”, justifica-se com a alínea 7ª do já citado artigo 29º: “compostos formados com o prefixo *sub*, ou com

o seu paralelo *sob*, quando o segundo elemento começa por *b*, por *h* (salvo se não tem vida autónoma: *subastar*, em vez de *sub-hastar*), ou por um *r* que não se liga foneticamente ao *b* anterior [...];”

#### 2.4.2 Erros ortográficos ou gralhas

Erros ortográficos	Proposta de Revisão
a. *expontânea (p.43, 44, 66)	espontânea
b. *extender (p.157)	estender
c. *especial (p.84)	especial
d. *espectativa (p.104)	expectativa
e. *acentem (p.142)	assentem
f. *ecossistemas (p.182)	ecossistemas
g. *permissas (p.181, 182)	premissas
h. *pretencem (p.118)	pertencem
i. *precorre (p.75)	percorre
j. *entertemento (p.73)	entretenimento
k. *supreficiais (p.188)	superficiais
l. *neglegenciado (p.133)	negligenciado
m. *evangelizadores (p.84)	evangelizadores
n. *destintivas (p.119)	distintiva
o. *requirir (p.105)	requerer
p. *inumeras (p.48)	enumera
q. *esquisofrénica (p.143)	esquizofrénica

r. *deveram (p.60)	deverão
s. *frendly (p.68)	friendly
t. *performance (p.77)	performance

Ao observar o quadro acima, notamos que uma das situações de ocorrência de erros de ortografia é em palavras com o som [ɛ̃], grafado <es> ou <ex>, como podemos verificar pelos exemplos a), b), c) e d). Notámos também dificuldades no uso da grafia correta da palavra “enumera” que o autor deve ter confundido com uma palavra próxima, “inúmera”, cuja a letra inicial <e> pode ser pronunciada como [i].

Notámos também dificuldade de escrita de palavras como \*acentem / assentem. O que parece dar origem a este tipo de dificuldades ortográficas é o facto de as palavras “assento” e “acento” serem homófonas e o som [s] tanto poder corresponder a <c> como a <ss>.

Outros erros são consequentes da confusão do emprego de <s> e <z> (q) ou <s> e <ss> (f)), ou na troca das letras <er> / <re> (i, j, k), nas terminações verbais homófonas, do qual é exemplo a alínea r), e ainda na escrita de palavras estrangeiras (s, t)).

Concluimos deste modo que a maioria dos erros se deve a casos de ausência de biunivocidade entre fonema e grafema, ou seja a casos em que um som pode corresponder a diferentes grafemas.

### 2.4.3 Acentuação

Acentuação	Proposta de Revisão
a) “[...] as avaliações positivas não são suficientes, *dai apontar [...]” (p.39)	daí
b) “[...]um pais como os Estados Unidos.” (p.51)	país
c) *alem (p.120)	além

d) “[...] um dos objectivos da construção de uma marca forte é *coloca-la no primeiro [...].” (p.39)	colocá-la
e) “[...]a sua gestão implica diversos investimentos por forma a *cria-los e a *fortalece-los.” (p.40)	criá-los
f) “[...]Outra forma de posicionar a marca é *associa-la [...].” (p.53)	associá-la
g) “[...]lealdade baseada no *habito;” (p.56)	hábito
h) “[...]uma marca não *influência directamente[...].” (p.167)	influencia
i) “[...]a qualidade percebida *influência a cotação[...].” (p.48)	influencia
j) “Outras bebidas como as *alcoólicas, *tem situações [...]” (p.66)	alcoólica
k) *contabilísticas (p.104)	contabilísticas
l) *sócio-demograficos (p.80)	sociodemográficos
m) *à priori (p.172)	<i>a priori</i>
n) “[...]das empresas que *detém essas marcas[...].” (p.100)	detêm

Os principais problemas ocorrem na acentuação gráfica de palavras graves, como nos exemplos a), b) e c), em formas verbais, como por exemplo *associá-la/associa-la*, em palavras homógrafas acentuadas, como *habito/hábito*. Há também palavras, como as dos exemplos j) e k), em que o autor confunde a sílaba tónica. Outra dificuldade encontrada foi na acentuação correta de palavras compostas como *\*sócio-demograficos*, neste caso, para além da acentuação foi também retirado o hífen (sociodemográfico), assim como no uso do acento circunflexo que o autor, no exemplo n), troca pelo acento grave. Como último exemplo apresentamos um problema na flexão

do verbo *deter* na 3ª pessoa do plural, que o autor indica como 3ª pessoa do singular, por trocar o acento grave pelo circunflexo.

#### **2.4.4 Problemas de contração da preposição quando o artigo integra um constituinte de uma oração infinitiva**

##### **Exemplo 1**

*O seu valor é refletido pelo aumento de reacção de um cliente [...] e advém do facto \*da marca lhe permitir distinguir a oferta, reduzir as suas percepções de risco e os esforços de procura. (p.29)*

##### **Proposta de Revisão**

*O seu valor é refletido pelo aumento de reacção de um cliente [...] e advém do facto de a marca lhe permitir distinguir a oferta, reduzir as suas percepções de risco e os esforços de procura.*

##### **Exemplo 2**

*[...] o que pode ser explicado pelo facto \*da transferência de atitude da marca para a extensão depender da similaridade percebida entre a categoria de origem e a final. (p.167)*

##### **Proposta de Revisão**

*[...] o que pode ser explicado pelo facto de a transferência de atitude da marca para a extensão depender da similaridade percebida entre a categoria de origem e a final.*

### **Exemplo 3**

*Por exemplo, pelo facto \*das lojas FNAC não possuírem o mesmo tipo de atendimento que as estações de serviço Galp, não significa para Aaker que tenham um nível de qualidade percebida superior. (p.47)*

### **Proposta de Revisão**

*Por exemplo, pelo facto de as lojas FNAC não possuírem o mesmo tipo de atendimento que as estações de serviço Galp, isso não significa para Aaker que tenham um nível de qualidade percebida superior.*

### **Exemplo 4**

*Apesar \*dos produtos existentes poderem ser utilizados para aumentar a penetração nos mercados actuais, ou como base de expansão para novos mercados, o lançamento de novos produtos é muitas vezes a solução adequada para o sucesso a longo prazo de uma empresa. (p.154)*

### **Proposta de Revisão**

*Apesar de os produtos existentes poderem ser utilizados para aumentar a penetração nos mercados actuais, ou como base de expansão para novos mercados, o lançamento de novos produtos é muitas vezes a solução adequada para o sucesso a longo prazo de uma empresa. (p. 154)*

### **Exemplo 5**

*[...] este tipo de forma de afiliação apresenta poucos benefícios uma vez que, para além \*dos membros do grupo partilharem apenas um conjunto de valores abstractos, têm poucas oportunidades de contacto e, quando a marca cresce, essas oportunidades ficam ainda mais reduzidas e os significados comuns tendem a ficar diluídos. (p. 200)*

### **Proposta de Revisão**

[...] *este tipo de forma de afiliação apresenta poucos benefícios, uma vez que, para além de os membros do grupo partilharem apenas um conjunto de valores abstractos, têm poucas oportunidades de contacto e, quando a marca cresce, essas oportunidades ficam ainda mais reduzidas e os significados comuns tendem a ficar diluídos.* (p. 200)

### **Exemplo 6**

*Quanto maior for esse valor maiores são as possibilidades \*da marca sobreviver a ataques das marcas concorrentes através de abaixamento de preços ou outras promoções.* (p.29)

### **Proposta de Revisão**

*Quanto maior for esse valor maiores são as possibilidades de a marca sobreviver a ataques das marcas concorrentes através de abaixamento de preços ou outras promoções.*

### **Exemplo 7**

*Desde a campanha de publicidade [...] \*onde a Burger King enfatizava a possibilidade \*dos seus clientes poderem encomendar pedidos especiais, que esta marca tem demonstrado grande inconsistência através de constantes reposicionamentos.* (p. 140)

### **Proposta de Revisão**

*Desde a campanha de publicidade [...] em que a Burger King enfatizava a possibilidade de os seus clientes poderem encomendar pedidos especiais, que esta marca tem demonstrado grande inconsistência através de constantes reposicionamentos.*

Em expressões como o *facto de*, *apesar de*, *para além de*, etc. (como nos exemplos 1 a 5) sempre que se seguem de um verbo no infinitivo, pessoal ou impessoal, a preposição não se contrai, como se pode ver no Acordo Ortográfico de 1945, Base 34: “Quando a preposição *de* se combina com as formas articulares ou pronominais *o*, *a*, *os*, *as*, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: a fim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o facto de o conhecer; por causa de aqui estares.”

No exemplo 6 estamos também perante um problema de contração da preposição *de* com o artigo definido *a/as*, seguida de construções de infinitivo.

No exemplo 7 temos duas correções distintas. Para além da contração da preposição, substituímos ainda o advérbio “onde” pela expressão “em que”.

Justificamos a nossa correção com o seguinte texto da gramática de Bechara (1999: 294):

“Os advérbios relativos, como pronomes relativos, servem para referir-se a unidades que estão postas na oração anterior. Nas ideias de lugar emprega-se *onde*, em vez de *em que*, *no qual* (e flexões):

A casa *onde* mora é excelente.”

Ora, não tendo o nosso caso uma ideia de lugar na oração anterior, não consideramos correto o uso do advérbio relativo *onde*, mas sim da forma relativa composta *em que*.

Do mesmo autor, chega-nos ainda o seguinte esclarecimento através de um artigo publicado pela Academia Brasileira de Letras:

“O preparado para O Estado de S. Paulo, sob a competente orientação do saudoso Eduardo Martins, não recomenda senão o emprego de ‘em que’, em vez de ‘onde’, nos seguintes exemplos: “O conjunto definiu uma formação em que (e não ‘onde’) todos cantavam. / Na oração em que (em vez de ‘onde’)... / O release em que... / Eram dois discos radicais em que a fluência melódica... / É a única faixa em que Hermeto toca... / Distribuiu memorando em que... / Uma carta em que... / Declaração em que... / A ideia em que... / A tese em que... / Piadas em que... / Uma comédia em que... / O pensamento em que... / O século em que... / O ano em que... / Neste dia ensolarado em que... / Nesta época em que... / O partido em que ocorreu a

irregularidade... / Na entrevista em que... / Na partida em que... / Arranjou um emprego em que colava selos nos envelopes... / Uma guerra em que...” (“Manual de redação e estilo”, 3ª edição, Editora Moderna, pág. 204).”

## 2.5 ESTRANGEIRISMOS E NEOLOGISMOS

### 2.5.1 Estrangeirismos

Na obra de Rodrigues Lapa, *Estilística da Língua Portuguesa*, podemos ler o seguinte texto: “O estrangeirismo é um fenómeno natural, que revela a existência de uma certa mentalidade comum. Os povos que dependem económica e intelectualmente de outros não podem deixar de adoptar, com os produtos e ideias vindas de fora, certas formas de linguagem que lhe não são próprias. O ponto está em não permitir abusos e limitar essa importação linguística ao razoável e necessário. Contido nestes limites, o estrangeirismo tem vantagens: aumenta o poder expressivo das línguas, esbate a diferença dos idiomas, tornando-os mais compreensivos, e facilita, por isso mesmo, a comunicação das ideias gerais. Uma coisa é necessária, quando o estrangeirismo assentou já raízes na língua nacional: vesti-lo à portuguesa.” (1945: 51-52)

Para melhor identificarmos o conceito, consultámos também o *Dicionário de Estrangeirismos*, no Portal da Língua Portuguesa, que define estrangeirismos como “palavras provenientes de outras línguas, [...] escritas de acordo com a ortografia da sua língua de origem, em desacordo, num ou em vários aspetos, com a grafia, a morfologia ou a relação entre grafia e pronúncia do português”. De acordo com o dicionário em referência, “Os estrangeirismos são geralmente introduzidos na língua ao mesmo tempo que um conceito novo (por exemplo, *bungee-jumping*) ou pertencente a outra cultura (como é o caso de *reggae*) chega a um país de língua portuguesa. Se o uso for suficientemente frequente e duradouro, é comum o aparecimento de um termo ou expressão equivalente (como rato, “dispositivo informático”, para *mouse*), ou a adaptação à escrita e à pronúncia do português – como aconteceu, entre muitos outros casos, com *líder* e *futebol*”.

Na revisão das provas do livro *Branding: a gestão da marca*, do Professor Doutor António Mendes, colocou-se o problema do uso abundante de estrangeirismos e levantou-se a questão, para este caso específico, da necessidade de estes serem mantidos ou, no caso de haver tradução, alterados para português.

Verificamos, assim, que a adoção de estrangeirismos na área do *marketing* é uma prática comum, visto que esta área eclodiu há pouco mais de meio século sobretudo no universo anglo-saxónico do pós-guerra e especialmente com a ascensão norte-americana ao discurso dominante no Ocidente.

Se observarmos a bibliografia da obra em revisão, notaremos que os autores consultados são, quase na totalidade, anglo-saxónicos. Posto que a língua inglesa, na variante norte-americana, é a língua internacional contemporânea, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial e que o “mundo do mercado global” conhece um crescendo desde este período, o mesmo se dá com o discurso comercial tecnicizado sob o neologismo anglo-saxónico “marketing”. O discurso comercial do *marketing*, sobretudo sob o influxo da publicidade, adquire assim estatuto, penetra no uso comum e atinge o universo literário e académico, primeiro a Ocidente e hoje em todo o mundo. A linguagem técnica do *marketing* torna-se deste modo “universal” uma vez que se dirige a um público comum e que em comum se deve entender e comunicar.

Sobre este assunto, Margarita Correia (2005: 15-20) acrescenta ainda: “Se é certo que essa transferência [de unidades lexicais de uma língua para a outra] é significativa no que respeita às da língua corrente, não é menos certo que, ao nível das linguagens de especialidade, o contexto político e económico mundial, no quadro da globalização, é responsável pela transferência de inúmeros termos técnicos de línguas faladas em estados de maior poderio económico e, conseqüentemente, científico e tecnológico, para línguas de estados menos poderosos. Dada a posição ocupada actualmente por Portugal e pelos Países lusófonos no contexto internacional, a entrada de empréstimos, particularmente da língua inglesa, no português, tal como na maioria das línguas românicas, é, nos dias que correm, portanto, inevitável. As terminologias das diversas áreas científicas, sobretudo daquelas que foram fruto de desenvolvimento mais recente, apresentam, portanto, geralmente um elevado número de empréstimos, adaptados ou não ao sistema do português.”

Elencámos o conjunto dos vários estrangeirismos localizados na obra *Branding: a gestão da marca*:

Análises <i>conjoint</i>
Backoffice
Brand Asset Valuator
BrandDynamics Pyramid
<i>Brand equity</i>
<i>Brand Equity Tem</i>
Brand family strategy
<i>Branding</i>
Brand Orientation
Brand Signature
brand vision
BrandZ Top 100 Most Valuable Global Brands
Cash flows
Co-branding
Commodity
Corporate brand strategy
Cross Cultural Consumer Characterization (4C)
Design
Equity Engine da TNS Research International
Fast food

Fence sitters
<i>Goodwill</i>
Harris Poll EquiTrend
House of brands vs Branded House
Identity Equity
Inputs
Interbrand
Interbrand Top Brands
Marketeer
Marketing
Marketing mix
mind share
P-branding
Product and target group specific brand strategy
ROI
Slogan
Target group brand strategy
Top management
<i>Top of mind</i>
<i>Unique selling preposition (USP)</i>
User friendly
Valuation Equity

Apesar de entendermos que o uso excessivo de estrangeirismos possa levar à descaracterização de uma língua, por o livro em apreço utilizar uma linguagem de especialidade, por se dirigir a um público estudantil ou com interesses específicos na área de *marketing* e por se tratar de uma área de atuação internacional, entendemos não sugerir ao autor a tradução para português dos estrangeirismos utilizados. Sobre este fenómeno, Margarita Correia (2005: 15-20) diz-nos ainda: “Aceita-se como normal que, em determinados domínios de especialidade, (muitos d)os empréstimos possam vir a ser integrados sem adaptação ao português por opção dos profissionais que neles trabalham, com base no carácter restrito que assume o uso dessas terminologias, ou no grau de instalação dos empréstimos nessas áreas, ou no carácter internacional que as respectivas terminologias assumem, ou, ainda, com base em outras razões consideradas válidas.”

### 2.5.2 Neologismos

Deparámos também, no decorrer da revisão deste texto, com o termo *\*servicabilidade* na seguinte frase:

“Fiabilidade, durabilidade e *servicabilidade* do produto – Esta dimensão refere-se à forma como os consumidores vêm a performance. Keller (2001, 2008)” (p. 78)

Curiosamente, não se trata de um neologismo criado pelo autor, pois no sítio *Ciberdúvidas* está tratada uma ocorrência de uma dúvida com esse mesmo vocábulo, esclarecendo-se que “tal neologismo não é compreensível, em primeiro lugar porque não existe o adjectivo ‘serviçável’ que lhe daria a origem” e questiona: “depois, o significado é qual?”.

A proposta de revisão oferece a alternativa de substituir *\*servicabilidade* por *servibilidade*, ou seja *que é servível, que serve*.

### 3. CONCLUSÃO

A tarefa de revisão de texto que realizámos no decorrer deste estágio pretendeu registar e analisar alguns dos problemas linguísticos encontrados nas provas revistas com fundamento na norma culta.

Este trabalho trouxe-nos a certeza de que a língua portuguesa não é estática, nem uniforme, mas oferece uma ampla diversidade de variantes.

O estudo da língua necessita de circunscrever com precisão as distintas ocorrências linguísticas para apreciar com rigor as múltiplas variáveis.

As línguas estão em constante mudança e são vários os fatores que contribuem para essa variação: regionais, históricos, sociais, situacionais, entre outros.

Existem três tipos de diferenças internas na Língua. São estas as variações diatópicas (ou no espaço geográfico), as diferenças entre as camadas socioculturais (ou diastráticas), e entre o tipo de modalidade expressiva (ou variações diafásicas). Sobre esta última variação apresentámos neste trabalho uma reflexão acerca do modo como a linguagem técnica de uma área profissional concreta, como é o caso do *marketing*, pode ser distinta de outras linguagens, particularmente no uso de estrangeirismos.

Muitas vezes, durante este trabalho, nos deparámos com diferentes opiniões de gramáticos sobre o que dita a norma. Em saber o que é correto, o que é errado e o que é facultativo, consistiu muitas vezes a nossa maior dificuldade.

A problemática da distinção entre o conceito de “correto” e o de “errado” chegamos com clareza pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha & Cintra (2005: 8):

«Não se repreende de leve num povo o que geralmente agrada a todos», disse com singeleza o poeta Gonçalves Dias. Com efeito, por cima de todos os critérios de correção – aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros – paira o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância.

É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os linguistas atuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa das suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita.

Sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não é correto».

Ilustra esta passagem, entre outras coisas, em primeiro lugar:

1. O critério de *correção*, válido em todas as circunstâncias, como sendo o da aceitabilidade social;

2. Os graus de variabilidade entre os dois polos de *correto* e *errado*: o que é de uso obrigatório (norma), o que é facultativo (primeiro grau de variação da norma), o que é tolerável (limite de variabilidade da norma), o grosseiro (limite de aceitabilidade social) e finalmente, o inadmissível, incorreto ou *errado*.

Os usos variados da língua portuguesa dependem de um conjunto de normas que estabilizam a regularidade da língua em relação à variação, fixando a norma-padrão, referencial último da linguagem escrita e oral, bem como da aceitabilidade sociocultural e mesmo civilizacional de uma comunidade linguística. No entanto, os usos que estão conformes à norma-padrão – o correto - não se sobrepõem à variedade de expressão e às outras formas linguísticas que convivem nas diversas regiões onde é falada e escrita a língua portuguesa, ainda que sejam o principal referente. No nosso caso, este referente, ou seja a norma-padrão, é o Português Europeu da região entre Lisboa e Coimbra.

Próprio da norma é, precisamente, o que sempre se designou por falar e escrever bem, tal como pensar bem. Erro não é senão escrever e falar mal, tal como pensar mal. O trabalho de correção acontece, pois, em função da norma e esta é que dita o correto e o errado. De um aprofundamento do conceito de norma advém uma maior definição do correto e do errado no uso da língua portuguesa e, deste modo, perspectivas salutares para pensarmos e atuarmos melhor quer na qualidade de indivíduos, quer na qualidade de revisores.

É, por isso, complexa a atividade de revisão linguística, pois tem de ter em conta esta variedade imensa de fatores que orientam a revisão. Foram, nesta tarefa, ferramentas de grandioso valor os instrumentos de normalização linguística aplicados ao caso em estudo, tendo-se estes revelado, quanto à ordenação e articulação dos assuntos, de grau variável.

A *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (1999) foi a que apresentou maior objetividade na generalidade dos temas pesquisados, com o apoio de um bom índice de assuntos. Possui um capítulo dedicado a regências, bem como uma valiosa lista de relações de regência de alguns verbos e nomes.

Quanto à *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* de Azeredo, afigurou-se menos sistemática, embora com relevante índice remissivo.

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha & Cintra (1984), ainda que enriquecida por um índice onomástico que faculta importantes exemplos literários, foi a que apresentou maior dificuldade de consulta, carecendo de índice remissivo. No entanto, foi um bom recurso no que respeita a definição de conceitos e na ilustração com exemplos em problemas de concordância, regência, no uso do *que* em vez do *que*, bem como no esclarecimento de problemas de pontuação.

Quanto à *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus *et al.* (2006), foi um precioso auxílio na clarificação de problemas de sintaxe, como por exemplo de regência, colocação de pronomes, bem como no fornecimento de exemplos sobre o uso da conjunção comparativa *do que* e da locução conjuncional *que* no capítulo que dedicámos à uniformização do texto.

O *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses* (1994) serviu-nos de apoio para observar o comportamento dos verbos em estudo. Nele encontrámos uma lista exaustiva das várias construções em que o verbo pode ocorrer, fornecendo exemplos de linguagem contemporânea que ilustram as construções verbais em causa. Problemas de regência, tais como queísmo e uso de *ter que* em vez de *ter de*, foram esclarecidos com este instrumento.

Embora não sendo um instrumento de normalização linguística, as *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (2005) foram um precioso apoio, principalmente nos exemplos de regência e da troca do *por que* pelo *porque*.

O *Prontuário da Língua Portuguesa - Acordo Ortográfico, o único com o antes e o depois*, (2010), mostrou-se incompleto para problemas de pontuação, o que nos fez recorrer à *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

Para melhor fundamentarmos a nossa posição quanto ao uso de estrangeirismos, como não encontrámos este tema devidamente tratado em nenhuma das gramáticas consultadas, auxiliámo-nos de um texto de Margarita Correia, publicado na revista

*Terminómetro*: “A terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África”, (2005), bem como do Portal da Língua Portuguesa e do livro de Rodrigues Lapa, *Estilística da Língua Portuguesa* (1945).

Neste trabalho de revisão linguística tratámos, numa primeira fase, de localizar problemas no texto, e, posteriormente, suportados pelos instrumentos de normalização linguística, de alicerçar a nossa estratégia de revisão.

Ao olharmos agora, globalmente, para o levantamento de problemas que realizámos, podemos concluir que estes tiveram uma maior incidência no campo da sintaxe. Aqui encontrámos dificuldades de natureza diversa, onde incluímos a concordância, a regência, a correta colocação de pronome, bem como a formação de frases complexas. Problemas em locuções conjuncionais, como *enquanto que*, e na troca do *por que* pelo *porque*, foram ainda corrigidos.

Outras áreas onde o autor também sentiu dificuldade no uso da norma pertencem à uniformização de critérios ao longo do texto, no que concerne ao uso de conjunções comparativas, no uso de maiúsculas e minúsculas, de itálico, entre outras. Podem parecer questões de menor importância, mas, para o trabalho de revisão, estas não devem ser desvalorizadas.

Também os problemas de ortografia exigem do revisor uma grande atenção, não pela sua complexidade, mas porque um erro ortográfico é mais censurável aos olhos do leitor do que outros tipos de erros. Pelo levantamento que aqui realizámos de erros de ortografia, de acentuação e do uso indevido do hífen, concluímos que esta é também uma área de dificuldade para o autor.

A pontuação não foi um problema relevante no livro que revimos, embora se tenham corrigido alguns usos indevidos da vírgula e do ponto e vírgula, tendo sido a ausência de vírgula o que ocorreu com maior incidência.

No último capítulo refletimos sobre a presença do uso de estrangeirismos no caso em estudo, tendo concluído que, embora julgemos que o uso excessivo de estrangeirismos possa levar à descaracterização de uma língua, por o livro *Branding: a gestão das marcas* empregar uma linguagem de especialidade, por se destinar a um público-alvo com interesses específicos na área de marketing e por se tratar de um área de atuação global, entendemos não indicar ao autor a necessidade de tradução para português dos estrangeirismos utilizados.

## BIBLIOGRAFIA

Azeredo, José Carlos, (2008) *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, S. Paulo: Publifolha.

Bechara, E., (1999) *Moderna Gramática Portuguesa* (37ª ed.), Rio de Janeiro: Editora Lucerna;

- (2012) “Emprego de ‘onde’ ou ‘em que’ (continuação)”, in *O Dia (RJ)*, 19/2/2012, [consultado em 30.03.2013], disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=12984&sid=901>

Busse, Winfried (coord.) (1994) *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*, Coimbra: Almedina.

Cunha, C. & Cintra (1984) L., *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (18º ed.), Lisboa: Sá da Costa.

Lapa, M. Rodrigues (1945), *Estilística da Língua Portuguesa*, Lisboa: Seara Nova.

Machado, José Pedro (1967), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (2.ª Edição), Lisboa: Livros Horizonte.

Correia, Margarita, “A terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África”, revista *Terminómetro*, número especial: 2005, pp.15-20, [consultado em 14.03.2013], disponível em:

<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mcorreia-terminometro1.pdf>

Mateus, M.H.M., Brito, Ana, Duarte, Inês, Faria, I.H., *et al.* (2006) *Gramática da Língua Portuguesa* (7.ª edição), Lisboa: Caminho.

Peres, João Andrade & Mória, Telmo (2005) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (2.ª edição), Lisboa: Caminho.

*Prontuário da Língua Portuguesa - Acordo Ortográfico, o único com o antes e o depois*, (2010) Porto: Porto Editora.

### **Sítios Consultados:**

*Dicionário de Estrangeirismos*, Portal da Língua Portuguesa:

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=loanwords&&page=present>

[consultado em 29 de Janeiro 2013]

Acordo Ortográfico de 1945, Portal da Língua Portuguesa:

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>

[consultado em 19 de Março 2013]

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa:

<http://www.ciberduvidas.com/>

[consultado em 15 de Fevereiro 2013]